



Universidade Federal do Pampa

**Campus Santana do Livramento
Graduação em Administração
Trabalho de Curso**

**ENDIVIDAMENTO NAS MICROEMPRESAS APÓS O PERÍODO PANDÊMICO:
Um recorte do município de Sant'Ana do Livramento - RS**

Larissa da Silva Pereira Larruscahim
Silvia Amélia Mendonça Flores

RESUMO

A eclosão do novo coronavírus (COVID-19) em 2020 e as medidas de isolamento social até o ano de 2022, impactou diretamente os micros e pequenos negócios, essenciais na geração de empregos e renda no Brasil. Para sobreviver neste contexto econômico desafiador, foi necessário realizar adaptações em suas estruturas empresariais. Deste modo, a pesquisa buscou analisar os determinantes para o endividamento das Microempresas de Sant'Ana do Livramento após o período da pandemia. Para alcançar o objetivo, realizou-se uma pesquisa descritiva e qualitativa, aplicando-se entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados quatro Microempresários na cidade. Os resultados apontam que os entrevistados possuem dificuldades no que tange aos conhecimentos para gestão financeira das empresas, o que é evidenciado a partir de respostas distintas na entrevista. Ademais, a maioria dos entrevistados adquire estoques a prazo, resultando em dívidas de curto prazo relacionadas ao capital de giro. Apesar de controles financeiros informais, essas microempresas não estão inadimplentes.

Palavras-chaves: Micro e Pequenas Empresas. Pandemia. Mercado Econômico.

**INDEBTEDNESS IN MICROENTERPRISES AFTER THE PANDEMIC PERIOD: a
case study of the of Sant'Ana do Livramento – RS**

ABSTRACT

The outbreak of the new coronavirus disease (COVID-19) in 2020 and social isolation measures until 2022, which directly impacted micro and small businesses, essential in generating jobs and income in Brazil. To survive in this challenging economic context, it was necessary to make adaptations to its business structures. In this way, the research sought to analyze the determinants of the indebtedness of Microenterprises in Sant'Ana do Livramento after the pandemic period. To achieve the objective, descriptive and qualitative research was carried out, using semi-structured interviews. Four Microentrepreneurs in the city were interviewed. The results indicate that the interviewees have difficulties in terms of knowledge for the financial management of companies, which is evidenced by different answers in the interview.

Furthermore, most interviewees purchase inventories on installments, resulting in short-term debts related to working capital. Despite informal financial controls, these microenterprises are not defaulting.

Keywords: Micro and Small Enterprises. Pandemic. Economic Market.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 trouxe consigo uma série de desafios econômicos, afetando diversos setores da sociedade em todo o mundo. Entre os mais impactados estão as microempresas, que enfrentaram dificuldades significativas para manter suas operações e sobreviver aos efeitos adversos desencadeados pela crise sanitária (Relatório de Desenvolvimento Mundial, 2022). Uma das principais preocupações que emergiu nesse contexto foi o aumento do endividamento dessas empresas, o que representa uma ameaça à sua sustentabilidade financeira e ao crescimento econômico mais amplo.

A pandemia de Covid-19 afetou especialmente as micro e pequenas empresas no Brasil, com a queda brusca na demanda, interrupção das atividades e, eventualmente, o fechamento definitivo de diversos empreendimentos (Ipea, 2023). Segundo pesquisa conduzida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2023), cerca de 70% das micro e pequenas empresas relataram dificuldades financeiras em decorrência da crise, enquanto aproximadamente 62% delas afirmaram terem adquirido dívidas para manter suas atividades operacionais. Esses números refletem a extensão do impacto do endividamento nas microempresas brasileiras e sua relação direta com os desafios impostos pela pandemia.

Nesse contexto, torna-se relevante analisar os aspectos de endividamento das microempresas, devido a sua representatividade econômica no país. Ressalta-se que o aumento da abertura de microempresas é uma realidade no Brasil motiva-se falta de emprego, problemas de saúde que impossibilitam trabalho de forma integral ou até mesmo a conclusão de estudos, além da busca por amparos previdenciários que pessoas autônomas não possuem (Stranieri Junior, 2021). O número crescente de microempresas está lado a lado com o aumento de inadimplência ou endividamento, o que tem ocasionado problemas no mercado de crédito (Sebrae, 2023).

As micro e pequenas empresas somam mais da metade do PIB nacional e representam faturamento correspondente a até R\$ 3 trilhões em 2022, além disso, destaca-se que a cada dez vagas de emprego de carteira assinada ao menos sete foram oferecidas por micro e pequenas empresas no mesmo ano. Estas são categorias de negócios que se distinguem principalmente pelo porte, medido em termos de faturamento anual e número de empregados (Sebrae, 2023).

Com o aumento do consumo mediante pagamento a prazo, como no caso do crédito concedido pelas instituições bancárias para micro e pequenos empreendedores, eleva-se o número de novas oportunidades de empreendimento, as quais surgem pela necessidade de renda imediata (Silva; Pamplona, 2020). Todavia o consumo excessivo decorrente ao aumento de crédito é um fator relevante para o endividamento de microempreendedores no Brasil (Fecomércio, 2019). Cabe destacar que durante o período da pandemia, as restrições financeiras e econômicas foram um desafio para os pequenos negócios em todo o mundo.

No caso do Brasil, o relatório do impacto econômico da pandemia de COVID-19 sobre as MPMEs (micro, pequenas e médias empresas) em 2021, desenvolvido pelo *Observatorio Iberoamericano de la MIPyME* (2021), reportou que a crise sanitária teve impacto relevante sobre os indicadores econômicos e financeiros das empresas. O segmento mais afetado nesses indicadores foram as microempresas, com os maiores impactos negativos em todos os indicadores. Assim, 57,9% destas empresas foram afetadas negativamente em seu nível de

rentabilidade, 54,9% em sua produtividade e 54,1% em seu faturamento (Informes MIPYME, 2021).

Marques (2021) afirma que o empreendedorismo atua como o “braço direito” da economia partindo do pressuposto que através dele surgem novas vagas de emprego, estímulo na concorrência e criatividade nas soluções corporativas e inovação dentro do mercado. A pandemia de Covid-19 afetou especialmente as micro e pequenas empresas no Brasil, com a queda brusca na demanda, interrupção das atividades e, eventualmente, o fechamento definitivo de diversos empreendimentos (Ipea, 2023).

Considerando os desafios financeiros impostos pela pandemia, a pesquisa torna-se relevante uma vez que o endividamento e a inadimplência são fatores de risco para a economia. Salienta-se que há poucos trabalhos na literatura que abordam a temática no que tange micro e pequenas empresas a partir de uma busca atualizada em bases de dados, e os resultados podem ser úteis para os microempresários da cidade de Sant’Ana do Livramento. Ressalta-se ainda, que a pesquisa se refere ao período após a pandemia, sendo o diferencial. Tem-se que, após o período pandêmico, 93,5% das pequenas empresas procuraram bancos para requisição de crédito e apenas 15,9% obtiveram o mesmo e 81,7% de microempreendedores individuais fizeram a tentativa de empréstimo e apenas 10,8% conseguiram (Sebrae, 2020).

Portanto, justifica-se o recorte de microempresas devido as suas peculiaridades no que tange ao uso do crédito e propensão ao endividamento. As pesquisas no âmbito de crédito e endividamento se concentram na realidade das grandes corporações, sendo um diferencial enfatizar as microempresas (Camargos et al., 2010).

Nessa perspectiva, objetiva-se ao final da pesquisa traçar o perfil de microempresas, a partir da pergunta: como se caracterizam os determinantes para o endividamento das Microempresas de Sant’Ana do Livramento após o período da pandemia? Do mesmo modo, definiu-se como objetivo geral analisar os determinantes para o endividamento das microempresas de Sant’Ana do Livramento após o período de pandemia. Para atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: caracterizar as microempresas e seus gestores; identificar a percepção dos gestores com relação ao endividamento e descrever as práticas empresariais relacionadas à dívida.

O restante do estudo está estruturado da seguinte forma: apresentam-se os principais conceitos sobre microempresas e endividamento. Em seguida, são apresentados os aspectos realizados nos procedimentos metodológicos e, por fim, as análises e discussões dos resultados, bem como as considerações finais acerca do presente estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os pressupostos teóricos que envolvem a temática de estudo. Em um primeiro momento, evidencia-se a caracterização das Microempresas no Brasil, unidade de análise nessa pesquisa. Na sequência, são evidenciados os temas relacionados ao crédito, endividamento e inadimplência, em que as principais características de ambos serão evidenciadas.

2.1 MICROEMPRESAS NO BRASIL

A Lei Complementar 123/2006, Estatuto da Micro e Pequena Empresa, define sob o Art. 3º, que é enquadrada como “microempresa, pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00” e “empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual [...] que tiver receita bruta superior a R\$

360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000, (Lei Complementar nº 155, de 2016).

Leone (1999) defende que cada país pode adotar uma classificação para micro e pequenas empresas. O Brasil segue os parâmetros estipulados pela referida lei e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas, ou seja, as microempresas são caracterizadas de acordo com seu capital de giro, número de funcionários e setor de atuação e a receita bruta anual e o número de colaboradores que compõem o quadro (Sebrae, 2023). A Tabela 1 ilustra as diferenças nas classificações de tamanho empresarial conforme critérios do Sebrae.

Tabela 1 – Classificação de acordo com tamanho empresarial segundo Sebrae

Tamanho	Faturamento	Nº de funcionários
Microempresa	R\$360 mil ou menos por ano	9 a 19
Pequena empresa	Entre R\$360 mil e R\$4,8 milhões por ano	10 a 49
Porte médio	Entre R\$4,8 milhões R\$300 milhões por ano	50 a 99
Porte grande	Maior que R\$300 milhões por ano	Acima de 100

Fonte: Adaptado de SEBRAE (2023)

Leone (1999) caracteriza a partir de seus estudos as micro e pequenas empresas a partir de três categorias de especificidades: organizacionais, decisórias e individuais. As especificidades organizacionais tangem da falta de recursos, da ausência de planejamento e de uso de estratégias intuitivas. As decisórias referem-se ao uso de dados e a falta de registros, cumprimento de prazos e uso de valores para despesas pessoais. As individuais são a mistura entre o organizacional e pessoal, investimento de valores pessoais e dependência de funcionários específicos para a execução de tarefas.

Segundo o Sebrae (2022), durante o ano de 2021, 813 mil micros e pequenas empresas foram abertas, o que representa em 19% mais aberturas que em 2020. O aumento de microempresas no Brasil durante os anos de 2020 e 2021 pode ser atribuído a diversos fatores, principalmente em resposta aos desafios econômicos gerados pela pandemia de COVID-19. Com o aumento do desemprego e a redução de oportunidades no mercado de trabalho formal durante a pandemia, muitas pessoas viram na criação de microempresas uma alternativa para gerar renda e sustentar suas famílias. Segundo o estudo "Empreendedorismo no Brasil em Tempos de Pandemia: Análise Preliminar", realizado pelo Sebrae em 2020, a crise econômica levou à abertura de novos negócios por parte de trabalhadores desempregados ou em situação de vulnerabilidade.

O Brasil implementou uma série de programas de crédito facilitado para apoiar empresas de todos os portes, incluindo micro e pequenas empresas, que enfrentavam dificuldades financeiras devido aos impactos econômicos da crise. Esses programas visavam fornecer acesso a recursos financeiros adicionais e condições favoráveis de pagamento,

ajudando as empresas a manterem suas operações e a enfrentarem os desafios impostos pela pandemia (Banco Central, 2020).

Um dos principais programas implementados foi o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), criado pelo governo federal em 2020. O Pronampe oferecia linhas de crédito com condições especiais, como taxas de juros reduzidas e prazos mais longos para pagamento, facilitando o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas. Essas medidas foram fundamentais para ajudar esses empreendimentos a manterem suas atividades durante a crise (Banco Central, 2020).

Destaca-se que entre essas empresas contempladas com os programas estavam microempresas e empresas de pequeno porte. No que tange a abertura de MEI's foram cerca de 3,1 milhões em 2021 e 2,4 milhões, conforme a Tabela 2 evidencia o número de abertura de empresas no referido período.

Tabela 2 – Número de abertura de empresas conforme o porte (2019-2021)

Porte	2019	2020	2021
Pequeno	87.713	95.135	122.538
Micro	584.382	585.792	690.977
Microempreendedores individuais	2.413.219	2.603.470	3.120.530

Fonte: Adaptado de SEBRAE (2022)

Neto (2000) aponta que frequentemente as micro e pequenas empresas atuam no Brasil em setores como comércio, varejo e prestação de serviços e bens. Para Gonçalves (1994) elas atuam na descentralização industrial, ou seja, estão diretamente ligadas às políticas industriais. Para Chang (2004) as políticas industriais de um país podem ser compreendidas como o fomento de ações governamentais para o crescimento da economia do país. Com as medidas de distanciamento social e o aumento das compras online durante a pandemia, os negócios digitais, como lojas virtuais, *marketplaces* e serviços de entrega, experimentaram um crescimento significativo. O número de micro e pequenas empresas atuando no comércio eletrônico, saúde e tecnologia aumentou consideravelmente, refletindo a mudança de comportamento dos consumidores e a necessidade de adaptação dos empreendedores ao novo ambiente de mercado (Sebrae, 2021).

A pandemia trouxe consigo um cenário ambíguo para as microempresas. Por um lado, muitos empreendedores viram na crise uma oportunidade de inovação e adaptação, resultando na abertura de um número significativo de novos negócios. Estes surgiram como resposta às novas demandas do mercado, como serviços de entrega, consultoria online e produção de itens de proteção.

Por outro lado, essa onda de aberturas também foi acompanhada pelo fechamento de muitas outras microempresas, incapazes de suportar o impacto econômico prolongado da crise. Restrições financeiras, falta de acesso a crédito e mudanças no comportamento do consumidor contribuíram para a falência de muitos empreendimentos, criando um cenário de incerteza e desafios para o setor empresarial de pequeno porte (Ipea, 2020).

A pesquisa “A COVID deixa sequelas: a destruição do estoque de capital das micro e pequenas empresas como consequência da pandemia de COVID-19”, realizada pelo Ipea

(2020), aponta que no período de março a junho de 2020 cerca de 716.372 empresas que encerraram suas atividades, ademais segundo o levantamento aproximadamente 14 milhões de microempreendedores não foram incluídos na pesquisa o que pressupõe que o número de atividades encerradas seja ainda maior.

Assim, enquanto alguns encontraram oportunidades de crescimento, outros enfrentaram um duro golpe, destacando a complexidade e a fragilidade do ambiente empresarial durante a pandemia. Considerando esse cenário, na próxima seção discorre-se sobre os conceitos de endividamento, superendividamento e inadimplência e uma contextualização do tema nos anos de 2020 e 2021.

2.2 ENVIDAMENTO, SUPERENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O termo endividamento está relacionado à obrigação financeira que será desobrigada mediante pagamento, de acordo com Contreras et al (2006). Nesse viés, Ramos (2023) define o endividamento como dívida de valor financeiro ou moral que deverá ser pago a alguém. Endividamento se refere à situação em que há obrigações financeiras que devem ser pagas. No que tange o indivíduo, Bruski et al (2006), propõem que o endividado seja aquele que faz uso de um bem ou serviço de forma voluntária e está em atraso com o pagamento.

Um dos indicadores do aumento de endividamento é o uso indevido de crédito, ou seja, adquirir um bem sem planejamento financeiro comprometendo o pagamento da dívida (Lucena, 2013). Acerca dessa lógica, Burkowski et al (2009) afirmam que cerca de 44% das empresas encontram-se em situação de endividamento, dessas 63% apresentam dívidas com fornecedores e empréstimos e renegociações. O autor ressalta que 27% das empresas utilizam o capital de giro para o pagamento de contas em instituições bancárias.

Em dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2023), IPEA, mais de 98% de microempresas precisaram interromper suas atividades no período de pandemia no Brasil. Segundo o IBGE (2020), o número de fechamento de microempresas chegou a 726 mil na primeira onda da doença o que totalizou entre 9 e 24 milhões de perdas em estoque capital.

Assim sendo, o acúmulo de dívidas remete a outro conceito, o superendividamento, o qual tem suas origens no Direito Francês, apresentado no *Code de la Consommation*, no português Código do Consumidor, o fenômeno é explicado como a impossibilidade de pagamento total de pendências financeiras (Carpena, 2010). O Código de Defesa do Consumidor do Brasil apresenta-o sob o Art. 54-4, como “a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial nos termos da regulamentação.”

Para Gelpi et al (2000) o superendividamento é resultado de problemas orçamentais familiares, questões relacionadas ao status, a imprevisibilidade de acidentes e a massificação de crédito. Em tal contexto, Ramsay e Williams (2009, p.2) afirmam que “[...] a revolução oportunizada pelo empréstimo ao consumidor – juntamente com a sua promessa de democratização do crédito – foi seguida pela crise do crédito”.

Com isso, a situação de endividamento poderá desencadear o atraso das dívidas, o que se caracteriza como um outro conceito. A inadimplência é um termo que se refere ao tempo de cumprimento de determinadas obrigações, de acordo com o Serasa (2005). Sandroni (1999, p. 293) define a inadimplência como “Falta de cumprimento das cláusulas contratuais em determinado prazo. Além de permanecer em débito, a parte inadimplente fica sujeita ao pagamento de juros de mora, multa contratual ou outros encargos.”

No ano de 2022, o Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian apontou que 5.517.806 milhões de micro e pequenas empresas estavam inadimplentes, ou seja, essas empresas estavam em débito com seus credores. Para Pinto et al (2003) o aumento da taxa de juros em produtos que são adquiridos no prazo são um dos principais causadores da inadimplência. Na próxima seção discorre-se sobre a contextualização de uso de crédito para micro e pequenas empresas

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DE USO DE CRÉDITO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O capital de giro é uma das formas de concessão de crédito para as microempresas uma vez que as microempresas apresentam maior dificuldade de financiamento em decorrência do custo e restrições (Sebrae, 2006). As pequenas empresas do Brasil concorrem na mesma faixa de concessão de crédito que as grandes empresas, de acordo com Baumgartner (2004), sendo assim os critérios para crédito são mais seletivos. Para Coradi (2004) essa restrição de acesso à financiamentos é uma das causas do comprometimento do crescimento das empresas.

Os índices de mortalidade e de sobrevivência das empresas está ligado ao capital de giro, a expressão refere-se aos recursos que são aplicados pela empresa durante o processo operacional, ou seja, desde a compra da matéria prima até a chegada do produto aos clientes, os quais serão restituídos durante o final desse ciclo (Gitman, 1997). Nesse sentido, o capital de giro são os recursos utilizados para o financiamento de investimentos numa empresa, conforme Santos (2002, p. 22):

Uma empresa utiliza para seu financiamento recursos materiais de renovação lenta, como as instalações, equipamentos e imóveis, denominados capital fixo ou permanente – e recursos de rápida renovação, como estoques de matérias-primas e produtos que formam seu capital circulante. Os recursos materiais de renovação rápida são denominados capital de giro. No balanço patrimonial da empresa, o capital de giro é representado pelo ativo circulante ou ativo corrente composto pelas disponibilidades financeiras, contas a receber e estoque (SANTOS, 2002. p.22).

Em média as empresas permanecem ativas por até 2 anos (Sebrae, 2016), entretanto, conforme Chiavenato (2007, p.15) “nos novos negócios, a mortalidade prematura é elevadíssima, pois os riscos são inúmeros e os perigos não faltam.” Sendo assim as causas de mortalidade de empresas apresentadas pelo autor são 72% em decorrência da inexperiência, que pode abranger o controle financeiro, 20% em virtude de fatores econômicos como lucros insuficientes que são atribuídos a alta de juros e vendas abaixo da média, 11% pela baixa competitividade e dificuldade na organização de estoque, 8% representam as dívidas em excesso e 3% fatores diversos como fraudes, insatisfação da clientela e falta de capital de giro.

Dada a relevância dos pequenos negócios no Brasil, é importante identificar o uso do crédito e de que forma se financiam para manter-se ativas no mercado. De forma geral, ressalta-se as dificuldades dos pequenos negócios na gestão financeira de curto prazo.

Para a concessão de crédito é necessário que haja a obtenção de informações sobre o requerente, conforme Silva (2008), as quais são verificadas de acordo com informações internas e externas sobre o cliente para o diagnóstico do perfil em relação ao compromisso com pagamentos. Aspectos como capital, caráter, colateral, capacidade e condições são informações que fazem parte do diagnóstico do cliente os quais são apresentados em pontuações de crédito, conhecidas como rating (Santos, 2015).

A pandemia do coronavírus, que começou a impactar o Brasil em março de 2020, afetou severamente os pequenos negócios. As medidas de isolamento obrigaram muitos desses estabelecimentos a fechar por longos períodos, desse modo, quando puderam reabrir, operaram

com capacidade reduzida e enfrentaram uma queda nas vendas devido à crise que afetou os consumidores (Laranjo e Rovai, 2021).

Preocupado com a possibilidade de um agravamento insustentável da situação econômica e social do país, o governo anunciou medidas para aumentar a liquidez disponível para as empresas, manter o poder aquisitivo da população mais vulnerável, mesmo que em níveis básicos de demanda, e combater o fechamento de empresas e as demissões, situações que poderiam resultar na queda do poder aquisitivo e no aumento do desemprego (Bacen, 2020). Na Tabela 3, elaborada por Laranjo e Rovai (2021), estão apresentadas medidas adotadas para concessão de crédito para MPE durante o período pandêmico.

Tabela 3 - Programas Financeiros e de Crédito destinados às MPE durante a pandemia

PROGRAMAS	PÚBLICO-ALVO	OBJETIVO/MEDIDA
Linhas de crédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Vide Resoluções 849, 850, 851 e 853 de 18 de março de 2020.	Empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 10 milhões.	O objetivo é reduzir os efeitos econômicos relacionados à pandemia do coronavírus.
Linha de crédito especial com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) – Vide Resolução nº 4.798, de 6 de abril de 2020.	Se destina a pessoas físicas e pessoas jurídicas e cooperativas	Atender aos setores produtivos, industrial, comercial e de serviços dos aludidos municípios, com foco em capital de giro isolado e investimentos, inclusive capital de giro associado.
Programa Emergencial de Suporte a Empregos – Pequena e Média – Vide Medida Provisória nº 944, de 03 de abril de 2020.	Pequenas Empresas (EPP), não se estendendo ao MEI e às ME's.	Destinado à realização de operações de crédito com empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, com a finalidade de pagamento de folha salarial de seus empregados.
Programa Emergencial de Suporte a Empregos – Regulamentação – Vide Resolução nº 4.800, de 6 de abril de 2020.	Instituições financeiras	Financiar folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas(exceto as de crédito).
Fundo Garantidor Solidário –FGS – Vide Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020.	Produtores rurais	Destinado para operações de crédito realizadas por produtores rurais, incluídas as resultantes de consolidação de dívidas, se estendendo ao financiamento para implantação e operação de infraestruturas de conectividade rural
Agricultura familiar -renegociação de dívidas e linhas de crédito – Vide Resolução nº 4.801, de 9 de abril de 2020 e Resolução nº 4.802, de 9 de abril de 2020.	Produtores rurais e cooperativas	Mitigar o impacto da pandemia recaído sobre a produção
Facilitação de acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19 – Vide Medida Provisória nº 1.028, 9 de fevereiro de 2021.	Empresas e pessoas físicas.	Facilitar acesso ao crédito. Com a decisão, fica suspensa até 30 de junho de 2021 uma série de exigências previstas em lei para contratação de operações de crédito com instituições financeiras e privadas. O objetivo é

		simplificar e agilizar os processos de análise e liberação de créditos a empresas e pessoas físicas que ainda estão com dificuldades devido aos impactos econômicos produzidos pela pandemia da Covid-19
Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) – Vide Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	Desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios.

Fonte: Laranjo e Rovai (2021, p. 861-862)

Apesar da implementação de programas financeiros e de crédito, introduzidos pelo Governo Federal, os recursos disponibilizados foram insuficientes para suprir a alta demanda de concessão de crédito no ano de 2020, segundo Pereira (2021). Na próxima seção apresentam-se os procedimentos metodológicos que foram utilizados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O tipo de pesquisa utilizado é a de cunho descritivo, definido como aquele que “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Menezes, 2000). A pesquisa se classifica como qualitativa, que é definida por Pope e Mays (2015, p.13) como aquela que está associada ao “significado que as pessoas atribuem às suas experiências”, ou seja, interpretação e análise de fenômenos sociais.

O método consiste em um estudo de caso, usando como unidade de análise, as Microempresas de Santana do Livramento. A pesquisa prima a compreensão de fatores que caracterizam a problemática, conforme Yin (2001, p.27) “o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” ademais permite “compreender fenômenos sociais complexos”.

Para a coleta de dados serão realizadas entrevistas semiestruturadas. O roteiro de entrevistas está baseado na literatura prévia e encontra-se no apêndice A. A amostra compreendeu quatro microempreendedores do setor automotivo de Sant’Ana do Livramento devido à conveniência de acesso a um grupo coeso e representativo, permitindo obter dados relevantes com eficiência. Esse segmento específico foi escolhido pela sua significativa contribuição econômica e pela possibilidade de identificar tendências e necessidades específicas do mercado automotivo, facilitando a formulação de estratégias direcionadas.

Para análise dos dados aplicou-se a análise interpretativa dos resultados. O roteiro de entrevista é composto por dezessete questões, as quais foram adaptadas dos estudos utilizados no referencial teórico. O Quadro 1 resume os objetivos específicos e as questões da entrevista que buscam atendê-los.

Objetivo específico	Questões	Referências
Caracterizar as Microempresas e seus gestores	1 a 7	Leone (1999)
Identificar a percepção dos gestores com relação ao endividamento	8 a 11	Ramos (2023)
Identificar a percepção dos gestores com relação ao endividamento	12 a 17	Gonçalves (2022)

Quadro 1 – Descrição do roteiro de entrevistas conforme os objetivos específicos
Fonte: elaborado pela autora

Previamente a aplicação das entrevistas, realizou-se a validação do roteiro com dois especialistas na área financeira que fizeram sugestões. Após, aplicou-se um pré-teste com uma microempresa para identificar a compreensão das questões, a qual não compreendia a amostra final. As entrevistas foram realizadas presencialmente, no período de maio de 2024. A coleta de dados foi realizada por conveniência, realizando contato com microempresas que eram previamente entrevistadas pela pesquisadora. Os resultados são apresentados na próxima seção.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, os achados da pesquisa são expostos em conformidade com os objetivos específicos delineados. Portanto, são apresentadas duas subdivisões: a primeira traça o perfil dos entrevistados e a segunda discute o uso de crédito durante e após a pandemia, bem como as estratégias empresariais relacionadas à dívida e a propensão à inadimplência partir das dívidas em atraso.

4.1 Perfil do empreendedor e caracterização da empresa

Foram realizadas entrevistas com quatro microempreendedores com o intuito de traçar o perfil de microempresas em Sant’Ana do Livramento. A primeira parte da entrevista visava conhecer o perfil dos empreendedores, a partir de parâmetros de gênero, escolaridade e ramo em que a microempresa estava inserida. A Tabela 4 fornece dados sobre o perfil dos entrevistados e das empresas participantes do estudo, em conformidade com o primeiro objetivo específico desta pesquisa.

Tabela 4 – Perfil dos entrevistados

Empresa	Identificação do entrevistado	Gênero	Idade	Escolaridade	Segmento da empresa	Tempo de atuação no mercado
Empresa 1	Entrevistado 1	Masculino	57	Ensino fundamental completo	automotivo	7 anos
Empresa 2	Entrevistado 2	Feminino	37	Ensino Superior	automotivo	10 anos
Empresa 3	Entrevistado 3	Masculino	26	Ensino médio completo	automotivo	6 anos
Empresa 4	Entrevistado 4	Masculino	38	Ensino médio completo	automotivo	12 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A partir dos resultados os entrevistados estão inseridos na faixa etária entre 26 e 57 anos de idade, sendo estes majoritariamente do gênero masculino e atuantes em segmento empresarial do ramo automotivo, com experiência média de 11, 6 anos de atuação no mercado. Do grupo de respondentes 20% possuiu escolaridade até o ensino fundamental, 40% possuiu ensino superior e 40% concluiu o ensino médio.

Ao serem questionados sobre as motivações para a escolha do ramo de atuação os entrevistados 1, 2, 3 e 4 apontaram que a mesma se deu pela oportunidade gerada pela escassez do serviço oferecido e como consequência de cursos realizados previamente, como apontado pelo Entrevistado 4 “Eu fiz um curso no Senai quando tinha 16 anos. Me despertou curiosidade e eu dei continuidade.”

No que tange o perfil de planejamento financeiros das empresas 20% afirmaram ter realizado cursos profissionalizantes, entretanto, não delinearam um plano de negócios antes de iniciar a atividade. Para Matos (2018) uma das razões para a alta taxa de mortalidade precoce das empresas está relacionada à falta de planejamento e à carência de uma educação empreendedora adequada durante o processo de planejamento. Nesse viés, o autor propõe que uma das soluções para a problemática seja a inclusão de disciplinas permanentes sobre empreendedorismo no ensino médio e superior, a fim de formar indivíduos com mentalidade empreendedora desde cedo.

A estruturação do capital para a abertura das empresas apresentada pelos entrevistados baseou-se em recursos próprios, a partir de rendimentos anteriores e empréstimos com familiares, é o exemplo da empresa 3.

A minha, a minha sogra nos emprestou um valor para a gente abrir o negócio assim. Aí era um valor baixo assim. Mas como a gente não paga aluguel aqui, que é uma casa financiada, né?! Então a gente troca, aí a gente não, não teve esse gasto com aluguel. (Entrevistado 4, 2024)

A estruturação do capital de giro é essencial para garantir a operação diária de uma empresa. Ela envolve a gestão dos ativos e passivos de curto prazo, como as entradas, saídas e o estoque. A estruturação do capital de giro assegura que a empresa tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações financeiras a curto prazo e continuar operando de maneira eficiente (Barton e Gordon, 1988). Os autores elencam cinco proposições a respeito da estrutura de capital:

1. A propensão ao risco da alta administração afetará a estrutura da capital da firma;
2. Os objetivos da firma, determinados pela alta administração, afetarão a estrutura de capital da empresa;
3. Os gestores preferirão financiar as necessidades da firma com recursos gerados internamente;
4. A propensão ao risco da alta administração e o contexto financeiro onde a firma opera afetarão tanto o montante de instituições de

crédito dispostas a emprestar, quanto aos termos do empréstimo. 5. As características financeiras da firma afetam a seleção da estrutura de capital pelos administradores. (Barton e Gordon, 1988, p.1)

Sob essa ótica, na caracterização das empresas partir da análise das entrevistas, percebe-se que a forma de gestão realizada pelos entrevistados ocorre com base em suas experiências próprias prévias e no gerenciamento das empresas ao longo dos anos. É prevalente o auxílio de contadores, todavia, aspectos administrativos mais específicos não são verificados.

4.2 Saúde da empresa durante e no pós-pandemia: uso de crédito e estratégias de enfrentamento

Os entrevistados 1,2,3 e 4 contextualizaram nas entrevistas como ocorreu o funcionamento das respectivas empresas durante o *lockdown*, como medida sanitária para o enfrentamento da pandemia em 2020. Desses, 80% afirmaram que conseguiram realizar as atividades, com atendimento de meio turno ou necessitaram dispensar funcionários, como é o exemplo do Entrevistado 1:

Teve que reduzir expediente. Consegui trabalhar normal. Aí que a gente fechou a torneira por uma semana. Claro que nós continuamos a portão fechado. [...], porque a gente, o pessoal precisava colher de qualquer jeito, né? [...] Era bem época de colheita e o pessoal tava precisando e quebra a máquina e faz isso. Então a gente acabou trabalhando direto [...]. (Entrevistado 1, 2024)

Percebe-se que o Entrevistado 1, ao realizar a afirmação não consegue ter um parâmetro das dimensões financeiras decorrente da redução do expediente, o que caracteriza a fragilidades da gestão da empresa, conforme Roveda (2016). A respeito disso, a resposta do Entrevistado 3 caracteriza como foi a queda de vendas em decorrência das modificações no horário de funcionamento, ademais, fica explícito como o mesmo precisou conciliar a diminuição no ritmo de vendas com folgas para os funcionários a fim de minimizar os impactos nas finanças:

A gente tentou, tipo não, não ter muito contato com as pessoas, né? A questão do do, do isolamento, assim. Mas a gente, tipo, teve menos, menos clientes, né? A gente teve menos vendas assim, mas, mas funcionou tranquilo. [...] desse tipo trabalhou meio turno assim, não trabalhou o turno integral. Às vezes dava folga para um, no almoço ficava em casa. (Entrevistado 2, 2024)

Já o Entrevistado 4 sinalizou que precisou liberar os funcionários nesse período, todavia, sinalizou que os prestadores de serviço não foram muito afetados. A liberação de funcionários é um fato que comprova que houve sim impacto para os prestadores de serviço, seja por dificuldades administrativas que não ficam evidentes na entrevista ou por questões de cunho sanitário.

A respeito do uso de ajuda financeira nesse cenário emergencial, 80% não necessitaram desses recursos. Apesar de indicar não ter feito uso de ajuda financeira, a fala do Entrevistado 2 também é contraditória pois afirmou ter utilizado benefícios oferecidos pelo governo para o pagamento do salário dos funcionários:

Não, não se precisou de de ajuda financeira. A gente só pegou alguns benefícios do governo na época, assim que nos ajudaram a pagar o salário dos funcionários. (Entrevistado 2, 2024)

A saúde financeira das empresas, de acordo com os entrevistados está dentro do normal após a pandemia, 100% apontam que as dívidas são originárias da aquisição de material, as quais são feitas para pagamento em curto prazo, com cerca de um ano.

Todas as contas que a gente faz é tá. Teve uma que nós tivemos que fazer uma reforma ali na oficina por causa da DO. Coisa. Na fiscalização. Ah, sim, aqui andava também e andava não só a fazer, mas a maioria e a bem dizer, a aquisição de material. Nós precisamos de muito material. (Entrevistado 1, 2024)

A maioria são em relação ao estoque. Assim com a parcelamento assim em boletos, né, que às vezes a gente faz em três vezes no boleto, normalmente as. Duplicatas. Seria mais ou menos isso. (Entrevistado 2, 2024)

Parcelar, né? Para poder adquirir as coisas conforme vai tendo a necessidade, tem que comprar. E geralmente é no longo prazo. É o parcelo elas. [Dívidas] (Entrevistado 3, 2024)

Em relação as dívidas, geralmente se são feitas, costumam ser feitas para aquisição de materiais para reforma do local. Só para investir em mercadoria. Curto prazo (Entrevistado 4, 2024)

Quando questionados sobre como controle de gastos os entrevistados apontam respostas divergentes, alguns utilizam anotações em papel e outros fazem uso de notas e boletos, mas todos têm um ponto em comum: a percepção de que o controle de gastos é baseado na separação entre contas bancárias de pessoa física e pessoa jurídica.

Um controle financeiro acaba sendo junto da empresa jurídica e da física. Mas aí a gente normalmente tenta não pegar o dinheiro da empresa só quando realmente precisa. (Empresa 2, 2024)

Eu tenho meu salário da minha empresa e a empresa tem o caixa dela. (Entrevistado 3, 2024)

É possível concluir que o conhecimento financeiro nos entrevistados é limitado no que tange a gestão das finanças e apesar de sinalizarem que há uma margem de lucros, a falta de precisão sobre os processos que envolvem a administração da empresa resulta em técnicas muito simplórias, que possivelmente, devem conter erros que poderiam ser previstos com *softwares* de gerenciamento financeiro.

Esta abordagem pode ser perigosa, pois compromete a capacidade da empresa de tomar decisões informadas e estratégicas. A falta de um sistema de gestão financeira adequado pode levar a uma série de problemas, incluindo a incapacidade de identificar áreas de desperdício, dificuldade em prever fluxos de caixa, percepção de corte de despesas e uma compreensão imprecisa da rentabilidade do negócio, conforme foi analisado nas entrevistas. Como resultado, as empresas podem se encontrar em uma posição vulnerável, incapazes de reagir efetivamente a desafios financeiros imprevistos ou de aproveitar oportunidades de crescimento, como ocorreu na pandemia (Aguiar et al, 2022).

No entanto, apenas a implementação de ferramentas tecnológicas não é suficiente. É crucial que as empresas também invistam na capacitação de sua equipe para utilizar efetivamente essas ferramentas e interpretar os dados gerados. Na próxima seção, serão exploradas considerações finais sobre os benefícios tangíveis e intangíveis de adotar uma abordagem tecnológica para o controle financeiro nas microempresas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos dados coletados e das discussões realizadas ao longo deste estudo, é possível concluir os determinantes para o endividamento das Microempresas de Sant'Ana do Livramento. A partir da pergunta norteadora deste trabalho, foi possível traçar um perfil das microempresas locais, revelando não apenas os desafios enfrentados, mas também as oportunidades emergentes.

Os resultados obtidos permitiram não só caracterizar as microempresas em termos de seu uso do crédito durante e após a pandemia, mas também identificar as práticas empresariais relacionadas ao endividamento. De forma geral, os gestores têm uma percepção importante quanto ao endividamento, pois costumam associar o referido termo a questões incertas e ruins. Sendo assim, pode-se inferir que os gestores foram propensos ao conservadorismo, pois poucos utilizaram linhas de crédito e financiamento durante a pandemia. Além disso, as empresas puderam continuar suas atividades durante o período pandêmico, mesmo que de forma reduzida, fato que contribuiu para manter a gestão financeira ativa.

No entanto, percebe-se que o controle financeiro realizado pelas empresas é restrito e informal. Não se observou a utilização de softwares de gestão e controles mais específicos sobre os custos e despesas. Nesse sentido, as restrições no controle financeiro poderão contribuir para decisões financeiras equivocadas. Ainda, essas práticas informais poderão levar os gestores a utilização de capital de terceiros sem um controle adequado, o que pode causar inadimplência e prejudicar o negócio futuramente.

A maioria dos entrevistados utiliza dívida para aquisição de materiais, adquirindo de forma parcelada seus estoques. Portanto, tendem a se endividar no curto prazo. Assim sendo, pode-se conjecturar que para essas microempresas os determinantes da dívida são os aspectos relacionados ao capital de giro. Cabe salientar ainda, que mesmo com controles financeiros restritos e informais, as empresas não estão inadimplentes. Portanto, os principais determinantes das dívidas das empresas apresentadas nas entrevistas estão diretamente relacionados às suas operações: reformas e aquisição de material. A partir do exposto conclui-se que esses fatores influenciam na tomada de decisão de endividamento. Apesar da redução nos horários de atendimento as empresas conseguiram manter suas atividades operacionais, o que contribuiu para a reserva de capital de giro.

A partir das evidências apresentadas neste estudo, é possível sugerir que medidas como educação financeira para microempresários e políticas para promoção de assistência técnica especializada podem desempenhar um papel fundamental na mitigação dos riscos associados ao endividamento excessivo. É crucial que as empresas também invistam na capacitação de sua equipe para utilizar efetivamente essas ferramentas e interpretar os dados gerados. No entanto, é importante ressaltar que este estudo apresenta algumas limitações, como a amostra restrita e a natureza transversal dos dados. Portanto, recomenda-se que pesquisas futuras explorem essas questões em maior profundidade, utilizando metodologias longitudinais e amostras mais representativas.

Em suma, este estudo contribuiu para uma compreensão do cenário financeiro das microempresas de Sant'Ana do Livramento após o período pandêmico, destacando a importância de políticas e práticas que promovam a sustentabilidade e o crescimento desses empreendimentos em meio a desafios econômicos e sociais em constante evolução.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. de; GRANJEIRO, J. B.; GIACCHETTI, P. L. N.; LIMA, I. G.; RÁO, E. M.; RODRIGUES JUNIOR, R. O fluxo de caixa como estratégia de finanças e mitigação de riscos em empresas familiares da cafeicultura. **Revista Gestão em Foco**. Edição nº 14. 2022.

BARTON, S. L.; GORDON, P. J. Corporate strategy and capital structure. **Strategic Management Journal**, v.9, p. 623-632, 1988.

BRASIL. **Lei complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006.

BRASIL. Banco Central do Brasil –BACEN. **Medidas para o enfrentamento da crise provocada pela pandemia de Covid-19 na economia**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/homeptbr/TextosApresentacoes/TCU_WEBINAR_18.6.2020.pdf. Acessado em: 02/06/2024.

CAMARGOS, Marcos Antônio de. CAMARGOS, Mirela Castro Santos. SILVA, Flávio Wagner. Santos, Fabiana Soares dos. RODRIGUES, Paulo Junior. **Fatores condicionantes de inadimplência em processos de concessão de crédito a micro e pequenas empresas do estado de minas gerais**. RAC, Curitiba, v. 14, n. 2, art. 8, pp. 333-352, Mar./Abr. 2010

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CRÉDITO NO BRASIL PARA MPEs EM TEMPO DE COVID-19. SEBRAE. Brasília: 2020.

ESTUDO EVIDENCIA O IMPACTO DEVASTADOR DA PANDEMIA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **IPEA, 2023**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13845-estudo-evidencia-o-impacto-devastador-da-pandemia-para-micro-e-pequenas-empresas>. Acesso em: 17 nov. 2023

GALBRAITH, Jonh Kenneth. **O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica**. São Paulo: Pioneira, 1989.

GELPI, Rosa-Maria; JULIEN-LABRUYÈRE. **História do crédito ao consumo: doutrinas e práticas**. Cascais: Principia, 2000.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. Tradução de Jean Jacques Salim. 7ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GONÇALVES, M. F. **A Pequena empresa e a expansão industrial no Brasil**. In: Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-graduação em Administração – ENANPAD, 2004.

LARANJO, G. M. O.; ROVAI, A. L. Políticas Públicas destinadas às microempresas e empresas de pequeno porte no período de pandemia. **Revista Eletrônica Direito e Política**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.16, n.3, 3º quadrimestre de 2021.

LEONE, N. M. As especificidades das pequenas e médias empresas. São Paulo: **Revista de Administração**, v. 34, n. 42. pp. 91-94, abril/junho 1999.

LIMA, M. G. **Passo a passo para calcular o Índice de Inadimplência da sua loja**. Rede Brasil Crediário, 2019. Disponível em: <https://redebrasilcredriario.com.br/indice-de-inadimplencia/2022>. Acesso em: 18 set. 2023.

LUCENA, W. G. L.; MARINHO, R. A. L. Competências financeiras: uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante as finanças pessoais. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 16., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo, out. 2013, p.1-14.

MATOS, W de A. (2018). Educação empreendedora: sua importância como fator de redução da mortalidade precoce das micro e pequenas empresas. **Revista Educação - UNG-Ser**,12(2), 24-30.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS AUMENTAM PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA DO BRASIL. **Agência Brasil**, 2022 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-10/micro-e-pequenas-empresas-aumentam-participacao-na-economia-brasileira>

PEREIRA, Daiane Sales. **O papel dos bancos públicos na concessão de crédito para os pequenos negócios brasileiros durante a pandemia Covid-19**. 2021. 49f. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC, Programa de Economia Profissional - PEP, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza (CE), 2021.

PINTO, Flavio Vicente Machado; SANTOS, Antônio Carlos dos. Índices de Inadimplência e sua relação com o desemprego e a renda da população. **Revista Científica Symposium**, v. 2, n. 1, p. 48-54, jan – jun 2004.

PRIMEIRO SEMESTRE TEM MÉDIA DE 6 MILHÕES DE EMPRESAS INADIMPLENTES, DIZ SERASA. **Cnn Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/primeiro-semester-tem-media-de-6-milhoes-de-empresas-inadimplentes-diz->

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Conte qual é seu papel na organização? (suas principais experiências, responsabilidades, trajetória e cargo na empresa, desafios que você enfrenta no dia-a-dia).
- 2- Qual sua idade, gênero e escolaridade?
- 3- Há quando tempo possui/administra a empresa?
- 4- Qual o ramo de atuação do negócio? Por que escolheu esse ramo de atuação?
- 5- Possui alguma experiência prévia de gestão empresarial (outros negócios, por exemplo? conte como foi a experiência)?
- 6- Você executou algum plano de negócios antes de iniciar a atividade e/ou teve suporte de algum órgão de apoio a gestão (SEBRAE, consultorias, contadores, etc.)?
- 7- Como você estruturou o capital da empresa para abertura do negócio? Utilizou apenas recursos próprios (ou de familiares, amigos) ou houve contratação de recursos de terceiros (empréstimos)? Ou houve uma combinação dessas fontes de recursos?
- 8- O que vem em mente quando você pensa em endividamento?
- 9- Como as decisões de endividamento são tomadas?
- 10- Como costuma ser o controle financeiro da pessoa jurídica e física (em especial as dívidas de natureza financeira, se houver)? Você realiza controles de forma conjunta ou separada?
- 11- Em relação as dívidas, geralmente costumam ser feitas com qual intuito? (aquisição de materiais, reforma no local, pagamento de despesas em atraso, etc.)
- 12- As dívidas se concentram no curto ou longo prazo?
- 13- Durante o período de pandemia, como foi o funcionamento da empresa?
- 14- Precisou de ajuda financeira durante o período de pandemia? Se sim, qual tipo?
- 15- Como estão as questões vinculadas ao endividamento após a pandemia? Continuou utilizando alguma linha específica de financiamento?

16- Já possuiu ou possui dívida em aberto em alguma instituição financeira? Se sim, qual a principal dificuldade em quitar os pagamentos?

17- Como está a saúde financeira da empresa após a pandemia